

A INVISIBILIDADE ESTATÍSTICA DE ESTUDANTES NEGROS/AS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Isabel Regina de Souza Silveira¹; Georgina Helena Lima²

¹Universidade Federal de Pelotas – isabelsouzapel@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – geohelena@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta, é parte integrante da proposta de dissertação em curso, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. Este se origina a partir de um projeto de pesquisa que identificou uma grande dificuldade em encontrar informações e dados acerca de estudantes negros/as autistas em órgãos e instituições públicas de ensino do Município de Pelotas. A grande maioria destes, demonstrou silêncio e apresentou uma escassez de dados, principalmente estatísticos. Foram realizadas inúmeras tentativas de contato e de busca destas informações, mas, todas sem efetividade.

Neste momento, surgiu uma necessidade de entendimento acerca do motivo pelo qual existe uma invisibilidade estatística das pessoas negras, e, mais ainda, com um recorte por deficiência. A falta de dados estatísticos da população brasileira com acento na questão racial e da deficiência, nos leva a refletir sobre o modo como o preconceito, a discriminação e a falta de reconhecimento do determinante raça/cor impossibilita estas informações em espaços públicos e privados.

De acordo com uma palestra de Ronaldo dos Santos, um dos coordenadores da CONAQ², no Curso de Formação de Professoras/es Quilombolas (2022, 03 de julho, aos 21 min. e 37 s.) “[...] A experiência vivida por estas pessoas, não compõem o imaginário das pessoas que não imaginam o que elas sofreram. Isto as coloca em um lugar, onde a vida da população negra já é cheia de impedimentos, de dificuldades impostas pela sociedade, pelo sistema racista e perverso. Lidar com este padrão de invisibilidade torna essa existência pior, desse modo, é como se estas pessoas estivessem gritando por ajuda, e ninguém às ouvissem”.

O tema em questão gera grande preocupação e merece uma análise e discussão profunda. Dessa forma, este trabalho objetiva abordar e discutir acerca da pouca ou nenhuma representatividade desta população no que concerne a dados estatísticos em relação à sua vida escolar, onde destacamos a importância da ampliação deste debate e a promoção de medidas, porque tais dados permitiriam a implementação de políticas específicas de inclusão que garantem o direito desses sujeitos se escolarizarem com um olhar às suas diferenças, elemento que exacerba as desigualdades sociais.

Cabe ressaltar, que entendemos que essa invisibilidade, quase sinônimo de inexistência, como mais uma artimanha em que o direito de existir é, em primeira instância, um privilégio porque a ordem do direito, é seletiva.

Em relação à deficiência, e a essa atrelamos a negritude, pode-se afirmar a partir de Melo (2014, p. 75), “[...] além da inserção social desqualificada, existe a desvalorização e a invisibilização de suas reais necessidades, nas ações e programas de assistência, promoção de saúde e prevenção de doenças, o que

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. isabelsouzapel@gmail.com

² Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

pode ser definido como vulnerabilidade social”. Nesse sentido, podemos compreender que uma pessoa negra e deficiente enfrenta dois estigmas sociais: a exclusão pela raça/cor e a exclusão pela deficiência, por isso, observar apenas o racismo ou capacitismo, não revela a simultaneidade das opressões que podem ocasionar inúmeros casos de desvantagens sociais, entre elas o direito à escolarização.

Dessa maneira, essa falta de conhecimento acerca desse escopo populacional, nos faz imaginar que essa parte da sociedade está condenada a tais problemas que são históricas e, de acordo com SANTOS (2007, p. 71), “inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível”, ou seja, se constrói um padrão de exclusão dessa, visto que ainda de acordo com o autor, “tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical, porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o outro”.

2. METODOLOGIA

Para a escrita deste trabalho, adotaram-se procedimentos metodológicos a partir de uma perspectiva de pesquisa exploratória, que de acordo com GIL (2002, p. 41), “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Além disso, a pesquisa exploratória, segundo o autor, “[...] busca aprimorar as ideias ou descobertas de intuições e hipóteses”. Dessa forma, buscamos com este estudo, compreender como a invisibilidade estatística sobre a população negra com deficiência causa impacto na sociedade, gerando desigualdade social na implementação de direitos para esta população.

Para a realização do percurso metodológico, optamos por dividi-lo em algumas fases, como a busca por informações em documentações de órgãos e instituições públicas (1); o encontro dos sujeitos da pesquisa (2); e por fim, um primeiro contato com estes sujeitos (3).

Em relação à primeira fase, tínhamos como objetivo, buscar informações acerca do processo de escolarização de crianças negras e com Transtorno do Espectro Autista de modo a delimitarmos o objeto de estudo. Nesse sentido, foram realizados alguns caminhos metodológicos para que fosse possível a realização do mesmo. Tínhamos como proposta, a busca de informações acerca deste objetivo e, para tanto, se fez a exploração de informações e dados estatísticos sobre estes possíveis sujeitos no interior do Município de Pelotas/RS através da busca de estudantes devidamente matriculados nos períodos do Pré-escolar ao quinto ano do Ensino Fundamental I, nas redes municipais, estaduais e mesmo em instituições filantrópicas que se veiculam ao autismo.

Assim sendo, nossos interesses se movimentaram no sentido de obter dados específicos referentes à idade, cor, raça e tempo de escolarização de crianças autistas negras, para sabermos se e quantas estavam matriculadas em escolas públicas da cidade.

Outra forma de coleta destes dados, seria a busca no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde encontramos os microdados do Censo Escolar, que são organizados a partir de arquivos anuais e que contém informações classificadas em diferentes variáveis tais como escolas, turmas e matrículas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no percurso metodológico realizado, a tentativa de coleta perdurou por alguns meses, tendo sido feitos contatos telefônicos, presenciais e enviados, por e-mail, documentos solicitados com cópia do projeto de investigação resumido. Com algumas instituições, foi possível conversar e perguntar sobre a possibilidade de realizar esta pesquisa com auxílio das mesmas, porém, grande parte delas disseram não ter a resposta que precisávamos para a pesquisa, pelo fato de que no ato da matrícula, não fora estipulado o recorte racial e, em alguns momentos, nem a especificidade de deficiência.

Além dos diversos modos de coleta de informações utilizadas, buscamos encontrar dados estatísticos referentes à população negra e deficiente com base em pesquisas realizadas pelo IBGE³ e SNDPD/MDHC⁴ (2023, publicado em 07 de julho e atualizado em 08 de setembro). De acordo com a pesquisa, cerca de 18,6 milhões de pessoas a partir dos dois anos de idade fazem parte deste contingente populacional, e em relação ao recorte racial de sujeitos autodeclarados, “o percentual de pessoas com deficiência dentro da população preta foi de 9,5%, enquanto entre pardos, 8,9% e brancos 8,7%”.

Após as fases de pesquisa exploratória, encontramos uma invisibilidade nas relações entre escolaridade/deficiência/raça-cor, visto que as instituições não possuem as informações necessária para o processo da pesquisa em questão. Pode-se compreender, que esse desconhecimento sobre os dados é parte de um racismo institucional, tendo uma estrutura política, social e cultural, que emerge da sociedade brasileira.

Segundo GOMES (2012, p. 52), diferentes autores tratam do racismo como um comportamento social, que se faz presente em diferentes aspectos e contextos de uma sociedade. Além disso, “[...] o racismo se expressa de duas formas que se interligam: uma individual e outra institucional”. Em se tratando do racismo institucional, GOMES (2012, p. 53), diz que “[...] a forma institucional do racismo, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com seu apoio indireto.

Podemos concluir de acordo com a autora (2012, p. 53), que “[...] diferentes formas de racismo, se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos”. Nessa perspectiva, isso acaba gerando grandes impactos no dia a dia da sociedade brasileira, e estes diferentes modos de se praticar o racismo se fazem presentes, levando-nos a entender que a estrutura deste país está sustentada em bases racistas e preconceituosas.

Para além disso, para combatermos essa ausência estatística acerca destes sujeitos, é necessária a realização de pesquisas e coletas de informações específicas sobre essa população. É fundamental que instituições do Estado, de ensino e acadêmicas da sociedade estejam envolvidas neste processo, com o objetivo de reverter a escassez destes dados.

4. CONCLUSÕES

Esta falta desses casos estatísticos referentes à população negra e deficiente, nos faz pensar que as necessidades e problemas dessa população acabam sendo negligenciadas pelo Estado. E, nesse sentido, acarretará graves

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

problemas sociais nos campos dos serviços públicos que são direitos de cidadania, a exemplo da educação e saúde.

Podemos entender, portanto, que o fato de não encontrarmos dados estatísticos são capazes de demonstrar e captar a realidade vivida por sujeitos negros com deficiência. Geralmente, na grande maioria dos casos, consideram-se informações como deficiência, não sendo considerados, aspectos referentes à raça e, conseqüentemente à esta intersecção. Neste sentido, as necessidades destes sujeitos se tornam esquecidas, dificultando a construção, implementação e consolidação de políticas específicas.

Em síntese, este tema demanda rapidez e ação; a busca por alternativas que impeçam a ausência de dados contribui para a continuidade da desigualdade e exclusão social. Desenvolver uma sociedade inclusiva e afirmativa, demanda envolvimento de atores sociais diversos, para além dos movimentos sociais que historicamente têm pressionado a sociedade a olhar e resolver as suas necessidades que não são naturais, mas historicamente construídas e socialmente perpetuadas. Mesmo na existência de políticas, observa-se elementos como a morosidade, ineficiência e, pode-se dizer, um boicote institucionalizado para a permanência do *status quo*, cuja diferença se constitui parâmetro para a injusta classificação social.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC.** Brasília, publicado em 07/07/2023 e atualizado em 008/09/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>.

CONAQUILOMBOS. **Módulo III – Curso de Formação de Professoras e Professores Quilombolas.** Palestrantes: Maria Rosalina e Ronaldo dos Santos, coordenadores da CONAQ. Youtube, 03/06/2022. Disponível em: [MÓDULO III - Curso de Formação de Professoras e Professores Quilombolas](#).

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 4. E. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Açãoeducativa.org.br, 2012.

MELO, C V. G. **Estratégias de enfrentamento de pessoas negras e com deficiência frente ao duplo estigma.** 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 78, p. 3-6, 2007.

SILVEIRA, I R S. **O processo de escolarização de crianças negras com Transtorno do Espectro Autista.** 2022. Proposta de Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas.